



Anais da Assembléia

N.º 08

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 07 DE MARÇO DE 1985

ANO XI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 1985.

(Quinta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados: Amélia Hruschka e Basílio Zanusso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Nelson Buffara, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer, Anibal Khury e Caíto Quintana (36). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Acir Mezzadri, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Dirceu Manfrinato, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Gernote Kirinus, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Mário Pereira, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Trajano Bastos e Wilson Fortes (22).

Verificada a existência de número legal,

Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, para inserir na Ata dos trabalhos dessa sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO BATISTA FRANQUETO.

Solicita, ainda, que seja enviado expediente à família, no endereço de sua esposa e filhos na rua SANTOS DUMONT n.º 1318, na Cidade de CAMPO LARGO.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1985.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a aprovação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DAROSLAU MALANOWSKI, ocorrido no dia de ontem, na cidade de Ponta Grossa. O extinto era genitor do Prefeito Municipal de Cândido de Abreu, Senhor OLGIERD MALANOWSKI.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência à família do extinto, encaminhando-se ofício A/C da Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no sentido da liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na implantação de pedras irregulares em diversas vias urbanas existentes na Municipalidade de Nova Cantu.

Nova Cantu situa-se numa região em que a topografia apresenta muitos declives, existindo diversos acidentes geográficos. A própria localização do perímetro urbano está num verdadeiro declive. Tal realidade faz com que as vias da cidade recebam grande quantidade de águas quando das chuvas, que, com sua velocidade, têm provocado estragos, como até mesmo o aparecimento de alguns tipos de erosão.

Neste sentido, é por demais sabido que nestes tipos de acidentes geográficos, quanto ao tipo de revestimento, o ideal é a utilização de estruturas compatíveis com o solo e as condições do mesmo. Justamente neste caso, no que diz respeito ao Município de Nova Cantu, o processo de implantação de pedras irregulares nas diversas ruas e avenidas da sede representa a solução mais condizente com a realidade local.

Ademais, sua implantação, além de evitar problemas decorrentes, por exemplo da erosão, permitirá também oferecer o emprego a muitas pessoas de menor poder aquisitivo, minorando os problemas de ordem social, muito comum hoje em todos os municípios como Nova Cantu.

Mas, para que a proposta da Administração Municipal, através do seu Prefeito, o Excelentíssimo Senhor Walmick Pereira, quanto ao que ora é exposto, só poderá ser levada a efeito se essa Secretaria de Estado dos Transportes contribuir, tanto com auxílio técnico como também com as próprias pedras.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após

ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação para que seja autorizada a realização de estudos objetivando avaliar quais as condições de se criar e instalar mais um estabelecimento de ensino a nível de primeiro grau, na Municipalidade de Moreira-Sales.

A constatação quanto a necessidade de dotar a Cidade de Moreira Sales de um novo estabelecimento de ensino a nível de primeiro grau, é feita pelo seu Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor Doutor Aldenício dos Santos Maia, que informa existir tal necessidade. Tendo em vista o elevado número de alunos existentes nas demais escolas, onde se pode, inclusive, verificar que acontece até mesmo superlotação.

De acordo ainda com o Chefe do Executivo daquela progressista cidade, o futuro estabelecimento escolar deverá contar com, pelo menos seis salas de aula.

Torna-se importante que essa Secretaria de Estado da Educação determine o encaminhamento de medidas visando avaliar o que ora é proposto, que não somente preocupação da Administração Municipal, mas também do setor educacional e da população.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte no sentido de que sejam liberados recursos orçamentários a serem aplicados na construção de uma quadra de esportes na localidade de Irapuã, pertencente à Municipalidade de Quinta do Sol.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Solange Marques, a construção de uma quadra de esportes para a localidade de Irapuã, é, sem dúvida alguma, de extrema necessidade e importância, face ao expressivo número de moradores daquela coletividade, que não tem qualquer forma de lazer e recreação.

Neste sentido, para que tal reivindicação possa ser concretizada, torna-se imprescindível que essa Secretaria do Estado e da Cultura e do Esporte dê sua colaboração, assegurando a liberação de recursos financeiros para tal.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido de que seja destinado uma viatura devidamente equipada, bem como armamento e contingente humano para o Distrito Administrativo de Alto São João, pertencente à Municipalidade de Roncador.

A presente reivindicação se faz necessária tendo em vista a preocupação manifestada pelo Excelentíssimo

Senhor Prefeito Municipal Augusto Becher e pelo Ilustríssimo Senhor Adolfo Martelli. Estes afirmam que somente com o envio de uma viatura devidamente equipada, policiais e armamento, é que será possível fazer um policiamento preventivo mais à altura do porte daquela progressista localidade, que é Alto São João, e, principalmente, coibir os eventuais problemas existentes.

Neste sentido espera-se dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública a adoção de medidas que venham de encontro com o que ora é postulado, dado ao seu reconhecido interesse e manifestado também pela população de Alto São João.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação no sentido de encarecer o desenvolvimento de estudos objetivando avaliar as reais possibilidades de se criar e instalar uma escola a nível de primeiro grau no conjunto residencial construído pela COHAPAR, na Municipalidade de Peabiru.

O conjunto residencial construído e inaugurado recentemente pelo Governador do Estado, totaliza vinte casas de diversas famílias. Pretende-se ainda, face à necessidade da população, construir, ainda este ano, pelo menos cerca de vinte novas residências. Os moradores daquele conjunto residencial estão a reivindicar que naquele local seja construída uma escola a nível de primeiro grau, a fim de atender a demanda existente, somando também os demais bairros circunvizinhos.

Para tal reivindicação, um dos aspectos sem dúvida bastante preponderantes e que deve ser levado em consideração, trata-se da localização daquele aglomerado de residências. As mesmas estão localizadas à margem da Rodovia PR-317 (que liga Campo Mourão-Maringá) que cruza o perímetro urbano de Peabiru, dividindo a cidade com o novo conjunto. Tal situação também separa as escolas existentes, que ficam de um lado, ao passo que o mencionado conjunto fica de outro. Neste sentido os estudantes têm que, diariamente, atravessar a PR-317 (que é muito movimentada) correndo sérios riscos de atropelamentos.

Diante da exposição de motivos, é de se esperar dessa Secretaria de Estado da Educação o encaminhamento de medidas que resultem na solução dos problemas ora apresentados, de acordo com a iniciativa do Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito Municipal daquela Cidade, João Carlos Klein.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da SUREHMA -

Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, objetivando a perfuração de um micropoço na localidade de Bragápolis, pertencente à Municipalidade de Janiópolis.

O presente requerimento se faz necessário tendo em vista a reivindicação formulada pelo Excelentíssimo Senhor Neurides Valber Brero, Chefe do Executivo de Janiópolis, que afirma o fato de que a comunidade de Bragápolis há muito tempo está a reivindicar a implantação de um micropoço em sua sede.

Neste sentido, torna-se dispensável frisar o alto grau de importância que trará à toda a coletividade de Bragápolis com a implantação de citada obra, esperando, portanto, dessa Superintendência e Secretaria de Estado do Interior o encaminhamento de medidas que concretizem, o mais rápido possível, a reivindicação ora postulada.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer Pedido de Informações.

Senhor Presidente.

Durante os meses de recesso recebemos incontáveis reclamações de moradores de Curitiba contra as as contas emitidas pela SANEPAR, no mês de janeiro. Ficou constatado que a empresa, autorizada legalmente a proceder aumento das tarifas em janeiro, emitiu suas contas referentes ao consumo de dezembro já com novo custo. O procedimento é evidentemente ilegal e as pessoas por nós orientadas, que se dirigiram à empresa para reclamação, tiveram as contas revistas, sendo-lhes creditado o excesso indevidamente cobrado.

Isso não é o bastante. É inaceitável que o cidadão, injustamente faturado por uma empresa pública, tenha que se incomodar, perder tempo para obter a devolução de quantias nem sempre expressivas. Quem comete o erro pouco faz se o retifica com esforço próprio, assumindo a totalidade do ônus e solicitando desculpas pelo transtorno que deu causa. Não agiu assim, entretanto, a SANEPAR, quebrando uma praxe salutar, até agora vigente, de devolução automática aos usuários de qualquer importância cobrada a mais.

Ainda nos meses do recesso de verão, outra falha indesculpável da SANEPAR envergonhou a Administração Pública do Estado. Falamos do lançamento de esgotos sem tratamento ao mar dos balneários de Matinhos e Caiobá, através do canal que passa pela Avenida Paraná, tendo por consequência surtos de infecções gastro-intestinais, furunculoses e aumento nos casos de hepatite.

A posição da empresa é inqualificável, nesse episódio. Depois de haver cobrado dos usuários a instalação da rede de esgotos, convidou a todos para que ligassem seus escoamentos nessa rede, circunstância que lhe daria condições de iniciar a cobrança de tarifas. Assim foi feito e a sobrecarga de dejetos e a não instalação de usina de decantação e tratamento, motivaram a criminoso solução. Despejar os esgotos ao vivo no oceano. Isso foi feito durante toda a temporada, provocando doenças e a mais profunda vergonha entre as pessoas que se julgavam participantes de uma sociedade civilizada. Criticada pela imprensa, a SANEPAR nada respondeu à opinião pública, ignorando as diretrizes de um Governo que se diz

participativo. Para a SANEPAR, participação é fazer que todos comunguem de um mesmo esgoto.

Isto posto, e ouvido o Plenário, o Deputado que adiante subscreve, REQUER seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para que solicite a Secretaria do Interior esclarecimentos sobre:

a) - Por que a SANEPAR não devolveu "ex-officio" as quantias cobradas a mais nas contas de janeiro e quando fará essa devolução?

b) - Quais as razões que motivaram o despejo ao mar de esgotos e que providências urgentes estão sendo adotadas para que a inqualificável prática não se repita?

Na certeza que interessa a todos os Senhores Deputados, resguardar o bolso e a saúde da gente paranaense, contamos com a aprovação do solicitado e imediata atenção para o assunto por parte do Executivo.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO

IREQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de moção de protesto ao General Alfredo Strossner, pela passagem do 5.º aniversário de matança dos camponeses em Caaguazu, e também pelo 1.º ano de fechamento do Diário ABC-COLOR.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Neste mês de março comemora-se duas datas infelizes para o povo paraguaio. Faz cinco anos, que, por ordem do General Alfredo Strossner, camponeses foram mortos na legítima aspiração pela volta da democracia e da justiça em seu País, na Cidade de Caaguazu. Faz também um ano que, por ordem expressa do mesmo General, o Diário ABC-COLOR, jornal de maior circulação no Paraguai, foi fechado e seus diretores presos e mais de mil trabalhadores ficaram desempregados.

Estes dois acontecimentos são apenas uma amostra de uma infundável série já cometida por este General ao longo de mais de trinta anos em que infelicitou o povo guarani.

No momento em que, no rumo já tomado por outras importantes nações Sul-Americanas, a luz da democracia volta gloriosamente a brilhar sobre o Brasil, é imprescindível que os democratas brasileiros tomem atitudes que venham a repercutir em favor do retorno das liberdades democráticas também ao Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, inscrito.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

(Lê):

"Este ano de 1985 termina a Década da Mulher que teve início com o Ano Internacional da Mulher - 1975 - proclamado pela ONU. Na história recente da organização e participação feminina no Brasil, esta década foi um marco significativo pois coincidiu com o período de maior resistência democrática ao regime de exceção, implantado em 1964. A resistência das mulheres brasileiras aos regimes de arbítrio e autoritarismo é histórica e em todos os movimentos importantes do nosso povo elas estiveram presentes. Muitas índias destacaram-se na luta contra o inimigo invasor que massacrava e dizimava, merecendo destaque especial Clara Camarão, heroína da resistência à 2.^a invasão holandesa em 1634. Hoje, a mulher indígena está integrada na defesa da sua terra, contra a importação cultural e à invasão de grupos internacionais aos Direitos dos Índios. A mulher negra está na frente da batalha contra a discriminação racial que lhe tranca o acesso a cargos públicos e lhe nega a liberdade de expressão nos meios de comunicação. A luta pelos mais elementares direitos caracteriza as trabalhadoras rurais - hoje indispensáveis ao processo produtivo - que ainda não conquistou o Direito à sua aposentadoria, sob a alegação de serem meras colaboradoras de seus maridos. No movimento sindical operário, a mulher luta por oportunidades iguais de trabalho, salários iguais aos do homem e pede creche aos seus filhos.

Com a promoção do Ano Internacional da Mulher surgiram, a nível nacional, os movimentos e grupos femininos, gerando um amplo debate sobre a discriminação específica da mulher e sua necessária participação no processo político em curso no Brasil. Se a luta pela Anistia tivera nela um de seus mais lídimos pilares, o Movimento pelas Diretas Já, que expressou a exigência de mudanças políticas e institucionais em nosso país, contou com uma parcela altamente significativa de mulheres, que foram à Brasília como porta-vozes de todas as brasileiras, com a legitimidade, da grande participação nos comícios nos quatro cantos do país. Quando a Emenda Dante de Oliveira foi inviabilizada pelo Governo, as mulheres continuaram na luta política para romper o continuísmo do poder, acompanhando o processo sucessório. Hoje, pleiteiam a implantação do Conselho Nacional da Mulher junto ao Presidente eleito, Tancredo Neves.

Este Deputado reserva uma atenção especial e um decidido empenho pela luta da mulher paranaense, testemunha que tem sido de sua participação política e administrativa, e vem, por esta tribuna, manifestar seu apoio ao Conselho Municipal da Condição Feminina que, tomará posse e a 8 de março. Ao mesmo tempo, este Deputado, traduz o seu voto de apoio à proposta da nossa Companheira - Deputada Irondi Pugliesi, de criação do Conselho Estadual da Mulher Paranaense, sugerido pelo Departamento Feminino do PMDB e por todos os órgãos e entidades que se dedicam ao estudo, à pesquisa e ao atendimento da questão feminina. Não nos é lícito exigir liberdade e Democracia sem que estes dois postulados tenham sido garantidos também,

pela Mulher, e para a Mulher".

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Para uma questão de ordem, Deputado Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião - Eu requeiro, Senhor Presidente, chamada nominal para verificação de quorum, para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa defere. A 1.^a Secretária fará a chamada dos Senhores Deputados.

A Senhora 1.^a Secretária procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Responderam à chamada nominal, 29 Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Existe número legal para prosseguimento da sessão. Com a palavra, o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Embora amparado regimentalmente, eu fiquei surpreso, Senhor Presidente, com o requerimento verbal do nobre Deputado Roberto Requião. Aliás, é caso inédito solicitar chamada nominal quando outro Deputado assoma à tribuna devidamente inscrito. Fiquei realmente perplexo com a falta de ética e com a falta de companheirismo do nobre Deputado Roberto Requião. Em todo o caso eu debito isso a sua juventude, ao seu ardor e à sua inexperiência legislativa.

Senhor Presidente, durante os meses de recesso, recebemos inúmeras reclamações de moradores de Curitiba, contra as contas emitidas pela SANEPAR no mês de janeiro. Ficou constatado que a empresa, autorizada legalmente a proceder aumento de tarifas em janeiro, emitiu suas contas relativas ao consumo de dezembro já com o novo custo. O procedimento é evidentemente ilegal e as pessoas por nós orientadas que se dirigiram àquela empresa, tiveram as suas contas revistas, sendo-lhes creditado o excesso indevidamente cobrado.

Agora isso, Senhor Presidente. Senhores Deputados, não é o bastante, porque é inaceitável que o cidadão, injustamente faturado por uma empresa pública tenha que se incomodar, perder tempo, gastar dinheiro, para obter a devolução de quantias nem sempre expressivas.

Ora, quem comete o erro, pouco faz se o retifica com esforço próprio, assumindo a totalidade do ônus e solicitando desculpas pelo transtorno que deu causa. Não agiu assim, entretanto, a SANEPAR, quebrando uma praxe salutar até agora vigente de devolução automática aos usuários, de qualquer importância cobrada a mais.

Ainda nos meses do recesso de verão, outra falha indesculpável da SANEPAR envergonhou a Administração Pública do Estado. Falamos do lançamento de esgotos sem tratamento ao mar, nos Balneários de Matinhos e Caiobá, através do canal que passa pela Avenida Paraná, tendo por consequência, surto de infecções

gastro-intestinais, furunculoses e aumento de casos de hepatite.

A posição da empresa é inqualificável nesse episódio, porque depois de haver cobrado dos usuários a instalação da rede de esgotos, convidou a todos para que ligassem seus escoamentos nessa rede, circunstância que lhe daria condições de iniciar a cobrança de tarifas. Assim foi feito e a sobrecarga de dejetos e a não instalação de usina de decantação e tratamento, motivaram a criminosa solução: despejar esgotos ao vivo no oceano. "Isso foi feito durante toda a temporada, provocando doenças e a mais profunda revolta e vergonha, também, entre as pessoas que se julgavam participantes de uma sociedade civilizada.

Criticada pela Imprensa, a SANEPAR não respondeu à opinião pública, ignorando as diretrizes de um governo participativo. Para a SANEPAR - participação - é fazer que todos comunguem de um mesmo esgoto.

Isto posto, Senhor Presidente, ouvido a Casa, requeiro ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que solicite à Secretaria do Interior, esclarecimentos sobre:

a) - Por que a SANEPAR não devolveu ex-officio as quantias cobradas a mais nas contas de janeiro e, quando fará essa devolução?

b) - Quais as razões que motivaram o despejo ao mar, de esgotos e que providências urgentes estão sendo adotadas para que a inqualificável prática não se repita?

Tenho certeza, Senhor Presidente, que os Senhores Deputados, especialmente da Bancada da Maioria, que têm tido um comportamento elogiável, nesse particular, dêem guarida ao nosso requerimento, que não tem outro objetivo se não resguardar o bolso da população. Que foi indevidamente prejudicada, assaltada pela SANEPAR, nas contas de água e esgotos no mês de janeiro.

Visto, encaminho à mesa o requerimento.

Muito, obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ervin Bonkoski, inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"É sempre motivo de júbilo para o nosso legislativo, e em especial para este modesto e humilde representante popular, vir a esta tribuna para uma homenagem.

Isto porque uma homenagem sempre representa o preito de gratidão, saudade e de reconhecimento que a sociedade presta a alguém que por esta mesma sociedade se sacrificou e sacrificou a vida sua e dos seus.

Maior relevância aplica-se a este momento quando a pessoa, motivo de nossa homenagem, é um educador, um mestre, uma pessoa dedicada a levar a luz à mente e ao coração de tantos paranaenses.

Rendemos nesta oportunidade um preito de saudade e de gratidão à professora AMASÍLIA PINTO DE ARAÚJO.

Mestra paranaense, mãe segunda de tantas ilustres personalidades, luz e bússola a marcar o

norte da sabedoria, do amor e do dever a tantos irmãos.

Ela foi mestra em tempos difíceis, quando o professor exercia muito mais que um sacerdócio. Ela foi mestra quando as escolas tinham como dever primeiro a educação, mas educação com sentido de sabedoria, amor e dedicação ao próximo à família, à pátria e a Deus. Tinha, portanto, um sentido de amor e fraternidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: Sentimo-nos embaraçados no desejo e na intenção de homenagear, porque da homenageada, muito se tem para discorrer, muitos exemplos de grandiosidade teríamos para mostrar, mas o tempo é escasso. Pena, porque hoje os exemplos ainda que no magistério, são raros frutos a nos ornamentar a mesa do cotidiano...

No dia 08 de março de 1885 na cidade de Antonina aquela que viria a ser exemplo de pessoa e de professora, nascia, AMASÍLIA COSTA PINTO.

Primogênita, ao perder pai, - ainda muito cedo - tomou para si o encargo da família. Mas isso não impediu de estudar, e assim formou-se na Escola Normal Secundária, hoje Instituto da Educação. Aos 19 anos foi nomeada para reger efetivamente a cadeira de professora em União da Vitória.

Em 1910 realizou seu sonho de mulher ao desposar Otávio de Araújo, companheiro que o destino lhe roubou apenas 06 anos depois. Após isso, dedicou-se com toda sua alma aos filhos e aos alunos, mas ao mesmo tempo foi se aperfeiçoando e ampliando seus conhecimentos para melhor os transmitir aos seus discípulos.

Em 1920 foi designada para dirigir o Grupo Escolar Professor Serapião, em União da Vitória, dedicando-se também à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de União da Vitória. A professora Amasília não se dedicava apenas aos seus pequenos discípulos, tendo procurado sempre levar a luz a adultos, numa iniciativa pioneira.

Mais do que nossas palavras dirão da professora Amasília Pinto de Araújo os exemplos de homens cujas personalidades ela ajudou a forjar, entre os quais podemos citar de momento os seguintes:

ALGACYR GUIMARÃES, IRACY VIANA, NELSON MALHEIROS DE ARAÚJO, NEYLOR VASCONCELOS DE ANDRADE, ARILDO ALBUQUERQUE, o general ÍTALO CONTI, os Coronéis CLODOMIR NOGUEIRA e ADÉLIO CONTI, a Senhora CLOTILDE GOMY RIBEIRO, o Poeta DANTE AUGUSTO, IRINEU DE ARAÚJO, SYLVIO MALHEIROS DE ARAÚJO, FRANCISCO PACHECO CLETO, FARID GUÉRIOS, JOSÉ ALEXANDRINO DE ARAÚJO FILHO, as Professoras COSSETE AUGUSTO, VANDA ADAM, SOFIA DE OLIVEIRA e ZORAIDE OLIVEIRA BURMESTER... Essas e tantas outras ilustres figuras passaram pelos bancos escolares da professora Amasília Pinto de Araújo.

Mas, muito mais que isso, ela deixou exemplos perenes de amor, de dedicação, de fé e principalmente de confiança no futuro do nosso Paraná.

Nesta oportunidade, quando se comemora o centenário de nascimento da professora AMASÍLIA PINTO DE ARAÚJO, queremos que este Legislativo

associe-se às justas manifestações de reconhecimento que a tão ilustre mestra são prestadas por todos os paranaenses e de um modo muito particular por todo o povo do Vale do Iguaçu localizado em União da Vitória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Donato Gulin.

O SR. DONATO GULIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós ocupamos a tribuna no dia de hoje para dizermos da nossa estranheza quanto ao veto apostado por Sua Excelência o Governador do Estado ao projeto de nossa autoria que dava autorização às Câmaras Municipais de criarem o Fundo Municipal de Previdência do Legislador Municipal - FUMPLEM -, apresentado no dia 24 de outubro de 1983.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quando liamos sobre o veto apostado por Sua Excelência o Senhor Governador num dos tópicos em que a FAMEPAR se pronunciou, diz em que se tratando de matéria de natureza, não só sob o aspecto jurídico, mas também deve ser analisada quanto à sua viabilidade econômica, e assim o fazendo somos obrigados a levantar argumentos que demonstram que o Sistema Previdenciário que se quer criar é inviável; um sistema desta natureza necessita de toda uma estrutura estatística, de cálculo de riscos e probabilidade, de previsão de resultados e embasamento financeiro que permitam o funcionamento regular.

Instituir tal sistema em verificação dos fatores citados só pode levá-lo à falência, tornando-o deficitário, impróprio para os fins almejados e inconsistente quanto aos meios.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nota-se perfeitamente aqui que o técnico da FAMEPAR, que deu o parecer sobre a matéria, nada realmente entende sobre o Fundo Previdenciário. Não sabe ele que existe um Fundo Previdenciário na Câmara Federal. Não sabe ele que existe um Fundo Previdenciário em todas as Assembléias Legislativas do Brasil. Não sabe ele, lamentavelmente, que existe o Fundo Previdenciário em todas as capitais de Estados brasileiros. E vem aqui apor no veto, quanto a sua viabilidade econômica; assim, fazendo, somos obrigados a levantar argumentos que demonstram que o sistema previdenciário que se quer criar é inviável.

Senhores Deputados, é este o Estado do Paraná que vivemos. São estes técnicos que dão pareceres sobre as matérias que passam por esta Casa, aprovados por todos os Senhores Deputados. Por isto que esperamos que agora, com a posse do novo Presidente, a 15 de março, se faça um Governo político, e que se afastem os técnicos de posições políticas e que sejam submetidos ao crivo de políticos todos os seus pareceres.

Temos o privilégio de ter sido o criador do Fundo de Previdência dos Vereadores de Curitiba. Assim o fizemos, porque entendíamos

e entendemos que entre os milhares de Vereadores que compõem as Câmaras Brasileiras, a grande maioria deles é obrigado a se afastar das suas atividades particulares, para exercer, dignamente, o mandato de Vereador. E este mandato, normalmente, é prorrogado pela vontade do povo, porque o Vereador se candidata à reeleição e volta à Câmara e assim se passam inúmeros anos. Como o caso específico da Câmara Municipal de Curitiba, em que diversos Vereadores permaneceram por mais de 20 anos exercendo o cargo e quando o deixaram, se encontravam numa situação financeira bastante triste. Por isto que pretendíamos criar o Fundo de Previdência do Vereador.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Transcorre amanhã, 8 de março, o Dia Internacional consagrado à luta da Mulher por sua completa libertação.

No Brasil, a data será marcada por diversas manifestações de cunho eminentemente político, com o fim de deixar claro, ainda uma vez, na consciência da Nação, que a questão feminina é complexa e exige de toda a sociedade uma profunda reflexão.

De nossa parte não poderíamos nos furtar de deixar registrado, nesta Casa, a exemplo de demais companheiros e especialmente Deputado Adhail Sprenger Passos, que já utilizou deste Pequeno Expediente na tarde de hoje, este reflexo e o registro de que neste momento é importante a luta da mulher brasileira no contexto da política nacional. Sem a total emancipação da mulher, é falso falar em democracia. Enquanto a mulher for objeto de exploração e opressão, jamais alcançaremos o pleno desenvolvimento social e político que aspiramos. A exemplo de demais setores da sociedade brasileira que hoje vivem a situação de despolitização e de exclusão do processo econômico, social e político.

Hoje, a opressão atinge a todas as mulheres, indiscriminadamente.

A mulher pobre é esmagada pela situação econômica e social humilhante, muitas vezes de fome como o documento recente da Conferência dos Bispos do Brasil, registra, com dados alarmantes. É obrigada a mulher brasileira, dentro das camadas populares, a duas jornadas de trabalho braçal exaustivo, frustante desprovido de qualquer futuro e, é ainda, submetida à descarga das frustrações familiares que são transferidas em virtude de uma situação econômica vivida pelo companheiro, geralmente à margem do processo produtivo.

Muito disso ocorre também na classe média de hoje submetida que está a um acelerado processo de empobrecimento. Na esmagadora maioria dos casos a vida da mulher se escoa, imperceptivelmente, entre as tarefas domésticas, importantes sim, mas tão estafantes, quanto desprovidas de atrativos ou perspectivas futuras.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nem

Curitiba, quinta, em 07/03/85

ao nível das classes mais favorecidas deixa a mulher de pagar o preço da sua condição. Aqui a estrutura da opressão a coloca numa posição de improdutividade, exaltando-lhe qualidades superficiais, antecipando-lhe a consciência e mesmo a capacidade de contribuir criticamente com qualquer coisa.

Estas são as duas realidades que hoje vive a grande maioria das mulheres e, não somente das mulheres, como dos homens deste país.

A data simbólica de 8 de março que tem na história da humanidade uma presença marcante desde o final do século passado, não pode deixar de ser registrada nesta Casa, como tem sido já nos anos anteriores. Temos certeza que este registro que, nestes dias, inclusive na cidade de Curitiba, como amanhã à noite se dará na Câmara Municipal de Curitiba, da posse dos integrantes do Conselho da Condição Feminina de Curitiba e com as iniciativas que estão sendo desenvolvidas pelo movimento da mulher no Paraná, de que o Conselho Estadual da Condição Feminina venha também ser instituído, como ocorre em São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados, sem separar a luta que é comum ao homem e a mulher em torno da política. Não se pode, de forma nenhuma, deixar de ter presente que condições peculiares da vida da mulher brasileira exigem de nossa parte o apoio e a saudação e a comemoração que, amanhã transcorre, tenha da parte da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná os efusivos votos de sucesso em todas as promoções e na ampliação do espaço político da sua participação.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) - Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Leônidas Chaves.

Ausente, consulto à Liderança do PDS se ocupará o horário que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, parece-me que o primeiro a ter o Horário das Lideranças deve ser o Partido do PMDB, uma vez que o Deputado Márcio Almeida foi o último orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) - A questão de ordem é improcedente, uma vez que a tribuna foi ocupada por último lugar pelo Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem) -

O Horário da Liderança deverá ser ocupado pela Liderança do PDS já que o orador inscrito está ausente e pertence à Bancada Pedessista desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) - Ducidindo a questão de ordem informa o nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado da Liderança do PMDB que o nosso Regimento Interno estabelece que o último orador que ocupou a tribuna como o Senhor Deputado Leônidas Chaves se encontra ausente, aplica-se o Regimento Interno ao Pequeno Expediente, portanto, consulto à Liderança do

PMDB se deseja ocupar o horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Hoje a notícia correu. Nos recantos das páginas de comentários políticos de alguns periódicos paranaenses, reinicia a oposição das minorias, no seu afã maior de não ser engolida pelas estatísticas que apontam o administrador José Richa como o mais simpático para o eleitorado brasileiro.

Temos por certeza que se esta não fosse a posição de José Richa, a Liderança do Partido Minoritário desta Casa dirigiria suas atenções para uma oposição mais construtiva, mais dirigida ao interesse público.

Mas, realmente, Richa cresce assustadoramente perante a Nação. e isto está a perturbar gregos troianos.

Porém, como disse, a Liderança do PDS, reconduzida por seus Pares por mais um ano, afirmou que José Richa vem frustrando as expectativas do povo paranaense pela não concretização das promessas de campanha, apontando em suas críticas o programa de habitação popular e a eletrificação rural.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é segredo para ninguém que a administração brasileira é centralizada junto ao Governo Federal, que a arrecadação, apesar de ser nacional, distrito, por distrito, é remetida ao vértice do cone para, posteriormente, ser distribuída conforme o critério determinado pelos donos do poder.

Quando em campanha, o PMDB, através de seus grupos de estudos, verificou que no caso das habitações populares, a verba que deveria retornar ao Paraná, mais a sua participação nos programas sociais, daria perfeitamente para construir noventa mil unidades residenciais, desde as convencionais, até as de tecnologia alternativa, como: solo-cimento e as eregidas por mutirão comunitário.

Ao assumir o Governo Paranaense, mais precisamente, 30 dias após, foi apresentado ao BNH, na pessoa de seu Diretor José de Oliveira, um plano para a construção de sessenta e três mil moradias a ser desenvolvido em dois anos; foi apresentado ao Ministério do Interior a proposta de 180.000 UPCs para atendimento de moradias aos ribeirinhos, e em julho mesmo ano foi apresentada proposta ao Ministério de Assuntos Fundiários para a construção de vilas rurais tendo sido apresentado também ao BNH um programa de construção de dez mil unidades em um total de 2 milhões de UPCs.

Recebeu o Paraná, em atendimento a todas as suas reivindicações, a "consustancial" quantia de ZERO CRUZEIROS! Para quem foi o dinheiro que pertencia ao Paraná por direito? Onde o Governo do PDS de então enfiou nossas contribuições? O Paraná seria auto-suficiente para abrigar suas necessidades habitacionais, se não fosse o centralismo despótico de um Governo e de um Partido que se miscigenavam na alternância de quem mandava e quem obedecia mais.

Guilhotinaram as nossas pretensões, jogaram na valeta do descaso as necessidades dos paranaenses; e agora, no extorção do fim trágico, pela derrota do continuísmo, tentam assacar perante a opinião pública os seus erros e desmandos, jogando-as contra as suas próprias vítimas.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não ficaram somente nessas, as solicitações não atendidas. Em 15 de maio de 1984, em audiência junto à Presidência do BNH - Carteira de Operações de Natureza Social - foram solicitados recursos da ordem de 2 milhões e 200 mil UPCs, para fazer frente ao Programa João de Barro, na construção de 25.000 unidades residenciais, e, até agora a resposta foi idêntica e igual ao NADA!

Com os poucos recursos do erário estadual, ínfimas liberações do BNH e a ajuda da Caixa Econômica, conseguiu-se construir 1.454 unidades e, presentemente, somente com recursos próprias, estamos construindo 1.013 unidades.

Realmente, não se pode perceber autoridade para cobranças ao Governo do PMDB, por parte de quem tanto embargou nossos caminhos, tentando fazer até um governo paralelo, através da SUDESUL e demais órgãos federais. Não se pode, também, aceitar críticas de quem no passado pouco ou quase nada realizou, apesar de ter às burras cheias de dinheiro, pelo apadrinhamento político com o Governo Federal.

Mas, na realidade, pouco fizeram durante vinte anos de jugo e domínio, a não ser a locupletação pessoal em detrimento do equilíbrio social.

Quisera ver a atuação administrativa desses detratores, se as portas lhes tivessem sido fechadas, pois não posso acreditar em suas capacidades técnicas e inventivas, para superarem o cerco que nos foi imposto.

Quisera ver a atuação destes homens que durante vinte anos nos deixaram e nos deixou a todos os paranaenses, sem receber qualquer benefício, na área federal.

No campo da habitação popular, Richa e Nelton fizeram o que poderia ser feito, e farão muito mais, pois, para tanto não lhes falta capacidade e inovação.

E, ao falar sobre as 120.000 ligações do Programa CLIC, tanto rural como urbano, o Líder da Minoria nesta Casa, se esquece de que já foi atingido, só neste tempo de Governo José Richa. o benefício de mais de 59.000 ligações, aproximadamente, com um total de linhas construídas que chega a mais de 15.000 Km., ou seja, mais do que uma viagem de ida e volta a Manaus. No entanto, o que foi inteiramente omitido, é que essas obras, ainda que inconclusas, significam muito mais do que tudo o que foi feito em termos de eletrificação rural e urbana, durante todo o período de Governo Oligárquico.

Ora, se já foram atingidos 59% de total das metas propostas, que era de 100.000 ligações, o Governo José Richa encontra alento para pretender atingir um total de 120.000 ligações: até o seu final. E, ainda mais, com um total de 383 obras contratadas, ele atende uma média de mais de uma obra por município do Paraná - sem que haja a tão decantada discriminação partidária - e já se encontram em licitação mais cem obras,

exatamente. Por se falar em licitação, há que se recordar que no início do Governo José Richa. foi feito um levantamento e constatado que haviam somente quinze empreiteiras, que procediam aos serviços sem a necessária licitação, e que atualmente, são mais de setenta e as obras são efetuadas com as devidas licitações.

Para falar em valores absolutos, podemos afirmar que o Programa CLIC envolve valores da ordem de 270 milhões de dólares, dos quais a COPEL entra com 60%, ficando para o consumidor os 40% restantes. Isto pode ser verificado na sua pragmaticidade pelo fato de que mais da metade dos consumidores paga à vista suas ligações.

Só no primeiro bimestre deste ano, já foram efetuadas três mil ligações por mês, e a tendência é de se aumentar a média mensal, sendo o nosso "CLIC", o maior programa do gênero, no Brasil, secundado por Minas Gerais, que pretende atingir sessenta mil ligações.

Outro engano dos leigos, é de que o Programa está em seu segundo ano de funcionamento; o Programa CLIC foi iniciado exatamente no mês de março de 1984, completando, portanto, este mês seu primeiro ano de existência. Quero crer que com estes dados, oficiais e irrefutáveis, deve-se pensar mais antes de falar, de criticar absurdamente um fato claro e visível como este.

E por final, vem a Liderança das Minorias assacar contra a pessoa do Governador José Richa, afirmando ser Erasmo Garanhão um peculatório, corrupto e que os acertos da "quadrilha" eram realizados "durante festanças promovidas pelo Secretário das Finanças, regadas ao custoso "scotch", e às quais estava presente o Governador José Calil Richa". Isto foi afirmado aqui da tribuna desta Casa de Leis, perante todos os Senhores Deputados do Parlamento, constando das notas taquigráficas em nosso poder, ou seja, ferindo a honra e dignidade do nosso Governador.

Se isso não bastasse para a configuração de um crime de difamação, enveredou também contra o Poder Judiciário ao afirmar que o Digníssimo Juiz CYRO MAURÍCIO CREMA agiu "açodadamente", "exorbitando" de sua postura de magistrado, afirmando, ainda, que "exorbitar no julgamento, agindo açodadamente no processo, e ainda lavrar na sentença entendimentos que contrariam os autos, é distanciar-se da independência e da isenção que caracterizam a função judicial".

Trouxe o nobre Líder das Minorias, discussão de um Poder para outro, pela facilidade que lhe confere o mandato, infringindo, pelo menos, um princípio básico de conduta e postura parlamentar. E ainda pior, deixou entender, dentro de seus escritos, que houve conchavos e acertos dentro do Judiciário - páginas 9, 10 e 11 de seu pronunciamento - ao afirmar - "da extrema ligeireza com que foi julgado em primeira instância o repugnante "Escândalo dos Dólares".

Para nós, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Judiciário cumpre o seu papel e, até prova em contrário, a sua autonomia e independência, conjunada com sua austeridade e imparcialidade há que ser defendida por esta Liderança, bem como

em meu nome pessoal.

Que diga a Justiça quem é o culpado, mas sem a interferência e pressão de quem quer que seja. pois, desta tribuna farei a defesa dos interesses do nosso Estado, bem como de todas as suas instituições.

Apresentamos o nosso repúdio às insinuações proferidas contra a Magistratura do Estado do Paraná”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) - No restante do tempo reservado à Liderança do PMDB concedo a palavra à Senhora Deputada Amélia Hruschka.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

“Tenho a honra de ocupar esta tribuna para homenagear a mulher, que no dia 08 de março lhe é mundialmente consagrado.

A todas as mulheres do Norte do Paraná, a todas as mulheres do Paraná, do Brasil e do mundo, eu faço aqui um registro de agradecimento pelo grande trabalho que elas têm feito em favor da família, da sobrevivência de seus filhos, e, em consequência, do fortalecimento dos povos e das nações. Um trabalho que é muitas vezes esquecido e não recompensado. Um trabalho que não ocupa destaque nas manchetes de jornais ou nos canais de televisão, mas um trabalho essencial, necessário na vida do homem e da Humanidade.

A mulher que eu quero homenagear, Senhores Deputados, é a mulher que vem sendo injustificada nos seus direitos pela discriminação no trabalho, pelo processo de produção, pela dupla jornada: a mulher operária, bóia-fria, desempregada, estudante, empresária, a professora, enfim, as mulheres trabalhadoras do campo e da cidade. Não podemos aceitar que o comércio e a indústria discriminem a mulher grávida ou casada no oferecimento de emprego. Não podemos aceitar que a mulher seja explorada: po. salários quase sempre injustos ou exaustivas jornadas de trabalho.

Não podemos aceitar que a mulher tenha uma jornada de trabalho na indústria ou no comércio, para sustentar suas famílias, e outra jornada de trabalho nos seus lares, nos chamados serviços domésticos, que na realidade são tão pesados quanto qualquer outro serviço.

A mulher trabalhadora, a operária e a empresária, têm em comum a injusta dupla jornada de trabalho. Mas, se a discriminação da mulher é uma chaga dolorosa na iniciativa privada, ela se torna ainda mais grave quando é exercida pelas autoridades federais da área de previdência no Brasil, a mulher que trabalha no campo não tem direito à aposentadoria.

Esse fato é uma vergonha nacional porque a mulher que trabalha na lavoura, na agricultura, a exemplo da mulher trabalhadora da cidade cumpre dupla jornada de trabalho, mas não tem nem mesmo o direito que é dado ao homem do campo: o da aposentadoria. Neste particular, quero lembrar o requerimento de minha autoria reivindicando aposentadoria para a mulher que trabalha no

campo, desejando que o futuro Governo atenda esta nossa reivindicação, para por fim a essa grande injustiça social cometida contra o nosso povo.

Durante o meu difícil trabalho na política, onde na qualidade de mãe e de mulher enfrentei muitos desafios, um dos acontecimentos que mais me chocaram foi ler nos jornais de ontem, em plena véspera do “Dia Internacional da Mulher”, a notícia de uma mulher de apenas 17 anos de idade, moradora no Bairro Alto de Curitiba, que colocou sua filha à venda para chamar a atenção da justiça que engavetou um processo que ela moveu contra um homem que a estuprou.

Portanto, a discriminação existe até mesmo em locais onde teoricamente, a função é fazer justiça.

E é justamente nesse âmbito, o da justiça, onde a mulher enfrenta uma das piores injustiças: o número de estupros de mulheres aumenta dia a dia. As queixas-crime dificilmente são feitas porque a mulher é submetida a uma série de exames e situações vexatórias para provar que foi estuprada, quase sempre sob os olhares de funcionários machistas e despreparados para as funções que exercem.

Neste caso, a mulher é vítima, mas é tratada como criminosa.

Além desses problemas citados, existem outros grandes sofrimentos que afligem a mulher brasileira: o sofrimento diante das doenças que não podem ser tratadas, o sofrimento da fome que não pode ser saciada, o sofrimento da incerteza no futuro de seus filhos.

No Brasil, quantas lágrimas e quantas dores as mulheres sofrem no dia a dia.

Quanto sofrimento injusto nos lares deste País, causado pela insensibilidade dos últimos Governos.

Neste dia de homenagem à mulher, que deveria ser de alegrias, a situação é de tristezas porque as condições de vida dessas mulheres são difíceis.

Entretanto, seria um erro imperdoável não reconhecermos a fibra, a coragem e a valentia dessas mulheres que não se deixam vencer pelos momentos difíceis que atravessamos e continuam lutando pela sobrevivência de seus filhos, pela defesa de seus lares.

Seria um erro muito grande, Senhores Deputados, se não sentíssemos uma grande admiração por essas mulheres que suportam todos esses sofrimentos e trocando a dificuldade pela bondade ainda dão o melhor de si mesmas na construção de um mundo mais justo, na construção de uma sociedade igualitária. Por todos esses motivos, venho parabenizar a mulher brasileira porque dela depende o futuro do nosso País. E a julgar pelo exemplo de fé e esperança que elas demonstram, o futuro deste País será através da união de seu povo um futuro muito feliz”.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) - Consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso de seu horário.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, a Liderança do PMDB não usou de todo o seu tempo. Eu gostaria que Vossa Excelência concedesse os minutos que ainda restam para que o Deputado Sérgio Spada pudesse fazer uso. Só para informação, quantos minutos?

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Apenas esclareço a Vossa Excelência que foi comunicado

a Presidência, que ocuparia o restante do horário à Deputada Amélia Hruschka, por isso indagou Vossa Excelência. Mas a questão de ordem é procedente, e concedo, então, os sete minutos restantes ao Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs.

Deputados, a imprensa tem noticiado com insistência, inclusive, e desmentido até hoje não apareceu, de que o Sr. Ney Braga está prestes a assumir a direção da ITAIPU BINACIONAL.

Na verdade desde as primeiras notas saídas na imprensa, provocou uma reação profunda de todas as Lideranças, e porque não da comunidade dos municípios afetados ou atingidos pela construção da ITAIPU Binacional.

Ora, nós que moramos nestes municípios, que fomos castigados, perdendo terra, perdendo gente, perdendo tributos, sendo despejados das serras pela Itaipu Binacional, com a convivência, inclusive a participação de Ney Braga nesta prática, não poderíamos ficar quietos. Temos denunciado à imprensa, e temos dito que a comunidade destas regiões, destes municípios não aceitam isso. Ney Braga para a direção da Itaipu Binacional.

Ney Braga que não fez nada, absolutamente nada durante estes quatro últimos anos de Governo. Não fez nada pelo Paraná enquanto Ministro da Educação. Não tem mérito algum para pleitear uma Presidência da ITAIPU Binacional. Ney Braga que fez com que estes municípios sofressem e continuem sofrendo, hoje esvaziados, sem direito aos "royalties" sem direito a uma compensação por tudo aquilo que perderam.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós até nos sentimos impotentes em função dos acordos feitos em Brasília para impedir que o Sr. Ney Braga entre na ITAIPU Binacional.

Mas, o nosso receio maior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é porque nós sabemos que o Sr. Ney Braga só tem jeito para fazer política. A sua prática é conhecida, através do aliciamento, da corrupção, através da pressão é que ele tem conseguido se manter no Poder durante vinte anos.

O entreguismo, todo mundo sabe, grassou durante os vinte anos no Governo Ney Braga no Estado do Paraná. E hoje, Ney Braga politicamente morto, politicamente sepultado, em função do resultado das eleições de 1982, continua usando um método espúrio para tentar formar o partido da Frente Liberal no Estado do Paraná.

E temos em mão. Sr. Presidente, uma cópia de uma espécie de circular, ou de um ofício circular que foi mandado para todos os Prefeitos dos municípios da Área de Segurança Nacional...

O Sr. Tércio Albuquerque — Peço aparte a Vossa Excelência.

O SR. SÉRGIO SPADA — Em seguida, nobre Deputado. Onde o Sr. Ney Braga, juntamente com seus asseclas prometem aos atuais interventores dos municípios da Área de Segurança Nacional, muitos dos quais estão mandando nestes municípios há mais de vinte anos; é o caso de Guaíra, muitos há doze anos. E Ney Braga promete junto com grupo de Deputados, que se esses Prefeitos entrarem no Partido da Frente Liberal eles não sairão do cargo

até que o Prefeito eleito na eleição de 1985 tome posse. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, isso é a pura, é a verdadeira corrupção eleitoral, o verdadeiro empreguismo que o Paraná rejeitou, repudiou na eleição de 1982.

Lamentavelmente, Ney Braga no posto de uma ITAIPU Binacional fará daquilo lá "um comitê eleitoral. Continuará aliciando, praticando empreguismo deturpando e denegrindo, inclusive, a imagem do Estado do Paraná.

O que fará Ney Braga com a ITAIPU Binacional nas mãos, empresa esta que não sofre a fiscalização da Assembléia, que não sofre a fiscalização do Congresso, do Tribunal de Contas do Estado, e nem da União? Uma verdadeira "republiqueta" dentro deste nosso Brasil, e para nossa infelicidade situada na Cidade de Foz do Iguaçu.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque — Meu caro Deputado Sérgio

Spada: eu represento, tanto quanto Vossa Excelência, municípios de Área de Segurança Nacional, cujos Prefeitos estão nomeados, e nós estamos prestes a ter uma eleição pelo voto livre, soberano, para mudarmos estes Prefeitos. Os meus, eu os libero, se quiser acompanhar o documento que a Frente Liberal acaba de distribuir, e que Vossa Excelência tem em mãos, para que eles tenham a consciência tranqüila, da escolha livremente, porque nós não temos o que oferecer.

O PDS é um Partido de Oposição. Não tem Governo para nomear Prefeito. Não tem empregos para dar, em substituição aos Prefeitos que deverão sair, para que eles tenham a sua sobrevivência. Sei lá, se não têm condições de continuar em sua vida.

Eu estou solidário com Vossa Excelência, contra estas atitudes que estão por aí, na tentativa de aliciamento de Prefeitos do meu Partido, ou daqueles que estão passando ao Partido de Vossa Excelência.

O SR. SÉRGIO SPADA — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Tércio Albuquerque.

Diga-se de passagem, eu tenho aqui, um documento com assinaturas, e vou até citar o nome dos Deputados: Alcení Guerra, Reinold Stephanes, Ivan Gubert, Augusto Carneiro, o próprio Sr. Ney Braga, Ítalo Conti, Gilberto Carvalho, Fabiano Braga Côrtes, Péricles Pacheco, Jorge Amin Maia Filho, Basílio Zanusso e Luiz Antônio Fayet.

Por incrível que pareça, nenhum desses Srs. Deputados, é representante de município de cidades de Segurança Nacional. Sabe o que é ser Deputado numa Área de Segurança Nacional, mas estão simplesmente metendo os pés pelas mãos, se aproveitando oportunisticamente desta oportunidade que Ney Braga lhe abre.

Concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana — Seu tempo está encerrando, nobre Deputado.

Quero informar a esta Casa que nós voltaremos, segunda-feira, a tratar deste assunto, juntamente com os demais Deputados que representam a Área de Segurança Nacional contra esta barbaridade de se mandar um verdadeiro documento de aliciamento aos Prefeitos tentando mudar suas próprias consciências tirando-os do Partido que

estão, com uma promessa, inclusive citando o próprio PMDB que nada tem a ver com esta imoralidade que está acontecendo, na tentativa de chamar Prefeitos para outros Partidos, garantindo sua continuidade no cargo.

O SR. SÉRGIO SPADA — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e lamentavelmente, nós estamos sendo envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) — Tendo em vista, o tempo de Vossa Excelência estar esgotado, esta Presidência concede mais um minuto, para que possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. SÉRGIO SPADA — Lamentavelmente, o PMDB está sendo envolvido por esta prática espúria, neste documento; e mais, está sendo envolvido inclusive o nome do Sr. Tancredo Neves. Não sabemos a posição oficial, hoje, do Dr. Tancredo Neves. Mas caso Tancredo Neves concorde com esta prática, nós haveremos de cobrar; e cobrar em nome da comunidade, para que este tipo de coisa não aconteça, e se acontecer, que se responsabilize.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) — Consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é destinado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Pretendo continuar a analisar hoje o programa da Ação Popular que tramita ao Egrégio Tribunal de Justiça do nosso Estado.

Faço o final do discurso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e antes mesmo, de tê-lo concluído, os arautos palacianos já se encarregam de rebatê-lo.

Açodamento muito parecido com o açodamento do Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, que sequer deu aos autores da Ação popular, a oportunidade de produzir todas as provas necessárias à elucidação do escândalo dos dólares.

Açodamento que não fica bem nem na Justiça e nem na política, mas compreende-se o açodamento na política, o açodamento para agradar, o açodamento para servir, o açodamento para transformar o porta-voz palaciano. De qualquer forma, Sr. Presidente, a função do Parlamentar não é agradar, não é ser útil, não é ser prestativo. A função do Parlamentar é fiscalizar, pois que juramos no início do nosso mandato, respeitar a Constituição Estadual e como tal, comportarmo-nos nesta Casa de Leis como os guardiões do uso do dinheiro público e o uso do dinheiro público foi mal feito no escândalo dos dólares, onde reafirmo nesta Casa, decisões importantes como o empréstimo de sete milhões e duzentos mil dólares, foi autorizada após o expediente, numa churrascada regada a "Scotch" na residência do Sr. Erasmo Garanhão, com a presença do Excelentíssimo Senhor Governador José Richa.

Quem afirma isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é Luiz Alberto Martins de Oliveira, Líder da Bancada

da Oposição na Assembléia, mas é o Parecer da Douta Comissão de Alto Nível nomeada pelo Governador do Estado e presidida pelo ilustre paranaense, Professor Luiz Carlos Pereira Tourinho.

Aliás, Sr. Presidente, não ficam aí as afirmações que deveriam levar o Ministério Público a promover a responsabilidade penal dos envolvidos no escândalo dos dólares. As conclusões da Comissão de Alto Nível afirmam que a empresa intermediária Leman não tinha respaldo, autoridade financeira e moral para promover empréstimos que ascendem à soma fantástica de nove milhões de dólares. Mas ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diz a Comissão de Alto Nível, que algumas empresas que ganharam cento e noventa e quatro mil dólares de comissão, sequer existência legal tinham no País.

Vejam o absurdo, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se um Prefeito Municipal do Interior comprar um lápis ou uma borracha para entregar a um aluno carente e não conseguir uma Nota Fiscal, este Prefeito está sujeito a ter o seu mandato cassado. O Tribunal de Justiça impugna as suas contas e a Câmara Municipal pode declarar a vacância do seu cargo porque não prestou as contas, porque não fez a sua prestação de contas de acordo com as normas da contabilidade pública municipal e estadual.

Pois bem, mas no reino do Sr. Garanhão no Paraná, é possível gastar nove mil dólares: mais de cento e noventa e quatro milhões de cruzeiros para uma firma que não tenha Nota Fiscal, que não pode fornecer recibo. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Como é possível defender a participação do Sr. Erasmo Garanhão e a omissão do Governador José Richa nesse escândalo? Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa função é fiscalizar as atitudes governamentais. Propusemos a Ação Popular. O Juiz de Direito no afã de julgar e de julgar apressadamente não nos possibilitou a produção de todas as provas; não nos deu a oportunidade, após a apresentação da defesa dos réus no processo, de falar sobre a defesa dos réus.

Em razão disso, apresentamos o Agravo de Instrumento no Despacho Saneador do Juiz, ao Egrégio Tribunal de Justiça do nosso Estado. Mas ainda, como o Agravo de Instrumento não tinha efeito suspensivo, impetramos o Mandado de Segurança, liminarmente concedido, pelo eminente Desembargador Jorge Andriguetto e cassado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por nove linhas do Presidente, que no último dia de seu mandato resolveu cassar a liminar concedida, por seu colega de rolo, o Desembargador Jorge Andriguetto.

Mas, não nos conformamos com o despacho do ex-Presidente do Tribunal de Justiça. Dele, recorremos, ao Conselho Superior do Tribunal de Justiça do Estado. Após, a malfadada decisão do Juiz Ciro Crema, ingressamos com a Apelação competente. E, hoje, no Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, estão pendentes de julgamento, com Agravo de Instrumento contra o Despacho Saneador. O Agravo e a própria Apelação, para que, o Poder Judiciário do nosso Estado e do nosso País, possa dizer, claramente, que não é possível ao Estado do Paraná pagar comissões que hoje, corrigidas, pela correção cambial, avultam à importância de mais de dez bilhões de cruzeiros. Dez bilhões de cruzeiros! Que daria para o Governo do Estado cumprir a promessa de noventa mil casas populares que não está cumprindo. E que para justificar a sua falta de exação no

cumprimento do dever legal, passa a transferir a responsabilidade ao Governo Federal. Esquecidos os arautos palacianos — que o próprio Governador José Richa, quis oferecer homenagem do Paraná a João Figueiredo, pelo apoio que recebera ao longo de seus dois anos de mandato como Governador.

Em quem confiar, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Nos escribas que procuram justificar as atitudes governamentais de falta de cumprimento das promessas eleitorais, como esta das noventa mil casas, que não serão cumpridas, a permanecer esse ritmo de atuação governamental?

Ou no Governador José Richa, que presta homenagem a João Figueiredo, por não ter faltado, segundo as suas palavras, um momento sequer com o apoio ao Governo do Estado?

Que dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do famoso programa de eletrificação rural do Governo do Estado, que pretende eletrificar até o fim do atual quadriênio governamental, que já passa ou que já atinge a cinquenta por cento dos seus dias úteis?

Que dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deste grande Programa de Eletrificação Rural se na Mensagem do Governador do Estado se diz que, em números redondos, no primeiro ano, foram eletrificados treze mil propriedades rurais e no segundo ano mais treze mil, totalizando vinte e seis mil propriedades rurais contra, Senhor Presidente, Senhores Deputados, exatamente vinte e oito mil e seiscentas eletrificações rurais feitas no período administrativo anterior sem os cem milhões de dólares.

O Governo anterior, nos últimos dois anos, sem os dólares, os dólares que o PMDB dizia que era para comprar a consciência nacional e para comprometer o futuro do nosso Estado. O Governo anterior não tinha os dólares para a eletrificação rural, mas fez vinte e oito mil e seiscentas ligações de energia rural. E o atual Governo, com os dólares, com os cem milhões de dólares, fez quanto?

Os dados não são meus; são dados oficiais do Governo do Estado; do atual Governo, em igual período, fez exatamente vinte e seis mil eletrificações rurais.

O Sr. Caíto Quintana - permite-me um aparte, nobre Deputado. (Assentimento).

Deputado Luiz Alberto Oliveira, Vossa Excelência talvez não esteja profundamente conhecendo o Projeto de Eletrificação do Governador José Richa, ou na sua sabedoria política, evidentemente está omitindo um dado de suma importância nos dois projetos de eletrificação.

Não apenas se deve cotejar o número de ligações feitas em dois governos, se bem que a COPEL tem mais de quarenta mil ligações já contratadas com preço garantido na eletrificação rural do Paraná. E para orgulho meu e para orgulho seu, possivelmente, a Região Sudoeste é uma das regiões que mais aderiu ao Programa de Eletrificação Rural do Governo Richa.

O dado que eu refiro que Vossa Excelência não está colocando em seu pronunciamento é o custo altamente subsidiado da ligação elétrica rural e urbana que está desenvolvendo a COPEL no atual Governo. Pelos cálculos de hoje, Deputado Luiz Alberto, seria praticamente impossível aos agricultores da nossa Região

de pequena renda, e de outras regiões do Estado do Paraná, terem o benefício da eletrificação rural se não estivesse o Governo do Estado do Paraná, com o empréstimo, é bem verdade, que Vossa Excelência está falando, subsidiando as ligações, porque exatamente esses, na sua grande maioria, foram aqueles que não puderam fazer eletrificação rural no Governo passado porque o custo da ligação era muito alto. e que neste Governo estão conseguindo fazer, graças a esse trabalho que procura, subsidiando as ligações, oferecer para a pequena propriedade, o direito de poder ter a energia também na sua propriedade.

Se nós avaliarmos em todas as regiões onde está sendo feita a eletrificação rural, Vossa Excelência há de constatar e há de convir que o agricultor está profundamente satisfeito pela possibilidade que lhe foi aberta de poder ter a energia elétrica. Se nós formos também aos centros urbanos, dos bairros das regiões mais pobres, aonde o "CLIC URBANO" está possibilitando a ligação de luz para essas residências subsidiadas também, nós chegaremos à conclusão que não é tão ruim assim como Vossa Excelência está querendo colocar o Projeto de Eletrificação Rural e Urbana do Governo José Richa.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência que me possibilita, inclusive, que eu possa dialogar em plenário a respeito do Programa de Eletrificação Rural, e de eletrificação de uma forma geral no Estado do Paraná.

Agradeço as colocações ponderadas que Vossa Excelência faz no aparte.

Respondo, dizendo que conheço o Programa de Eletrificação Rural do Sr. José Richa antes de Vossa Excelência. Porque o Programa de Eletrificação Rural, com o financiamento de cem milhões de dólares, foi objeto inclusive, de estudos nesta Assembléia, no período legislativo anterior, onde Vossa Excelência não nos honrava ainda com a sua companhia nesta Casa. Conheço o programa do Governo José Richa porque ele não passa de um programa feito sob as bênçãos da ELETROBRÁS, com financiamento internacional, solicitado pela administração anterior do Governo do Estado.

É bem verdade, nobre Deputado, que alguns dados novos foram agregados a este programa, como a redução de alguns custos de materiais e com a participação mais efetiva do Governo do Estado neste processo de eletrificação rural.

Mas, em linhas gerais, os recursos necessários para a implementação deste programa, necessário, vital à economia do nosso Estado, — nós que vivemos num Estado que depende essencialmente da agricultura, ou das atividades rurais como um todo, — deveremos ter, todos nós, as melhores palavras para um programa de eletrificação que vise alterar o triste quadro paranaense, com relação à possibilidade do homem do campo ter acesso à energia rural.

Vossa Excelência e eu, qualquer um de nós, conhece os dados comparativos do Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Pois bem, nobre

Deputado, o Governo anterior duplicou o número de propriedades energizadas na zona rural.

Tínhamos no Paraná, no início do ano de 1978, em torno de trinta mil propriedades eletrificadas. O Governo anterior concluiu mais cem por cento de propriedades eletrificadas. Ficamos em torno de sessenta, setenta mil propriedades rurais eletrificadas no início do Governo José Richa. O Governo anterior preocupou-se com este problema.

Vossa Excelência é testemunha da luta de Orlando Elemar Kegler na sua cidade de Planalto; dos agricultores, da Câmara, para que eletrificássemos quantas linhas no Interior do referido município. Se não me falha a memória, nobre Deputado, antes do Governo José Richa, recorde-me que fizemos um programa de eletrificação rural no Município de Capanema. E eu quero confessar a Vossa Excelência a muito custo, a custo de muitas viagens minhas, pessoais, a Brasília, para que o Banco do Brasil liberasse os recursos para que os agricultores pudessem entrar no Programa de Eletrificação Rural. Se não me engano, nobre Deputado, naquela ocasião, eletrificamos quinhentos e noventa propriedades rurais no Município de Capanema. E Vossa Excelência é testemunha disso, porque viu os postes sendo levantados, e viu a energia chegando na casa daquele agricultor, na barranca do Rio Iguaçu.

Pois bem, nobres Srs. Deputados, entra o Governo José Richa e se dispõe a fazer um Programa de Eletrificação que atenda a cem mil proprietários rurais, com os nossos cumprimentos, com o nosso desejo de que este programa efetivamente se realize.

E o que vemos no número da Mensagem do Governador José Richa? É que em dois anos de mandato, — não são dois anos de Programa, pois que o Programa deslanchou depois com os recursos de dólares, mas em dois anos de mandato, — Governador José Richa por estar fazendo o maior programa de eletrificação rural do país, ele sequer conseguiu cumprir a marca do Governo anterior em igual período.

Ora, Deputado, portanto, o Programa de Eletrificação Rural do Governador José Richa deve ser agilizado, deve ser estimulado para que realmente ele atenda a todas as aspirações dos agricultores paranaenses.

Não se trata, nobre Deputado, de ficar contra o programa como nós Deputados do PDS, votamos a favor da contratação de empréstimos internacionais da COPEL com a ELETROBRÁS, com organismos financeiros internacionais para que os recursos viessem ao Paraná.

Pois bem, nobre Deputado, veja Vossa Excelência como nosso comportamento tem sido diferente na Oposição como a Oposição de ontem. Quando o Governador Jayme Canet mandava a esta Casa na Legislatura de 1974 e 1978 pedidos de empréstimos internacionais para financiar as obras tão necessárias para a nossa região e para o Paraná e, eu não preciso enumerar as estradas feitas para Vossa Excelência que conhece a região Sudoeste no Paraná.

O que fazia a Bancada do PMDB? Votava sistematicamente contra. Dizia que não eram necessários os recursos de empréstimos em dólares. Eu mesmo vim a esta tribuna e alguns dos Deputados que debaterem comigo na ocasião, devem estar lembrados que defendi,

inclusive, no programa do Governo Ney Braga, novos empréstimos internacionais para que a Secretaria dos Transportes pudesse desenvolver o programa "Bird 1" no Governo Canet; "Bird 2" no Governo Canet; "Bird 3" no Governo Ney Braga. Como votamos favoravelmente a contratação dos empréstimos internacionais em dólares para que o Governo Richa pudesse fazer o seu programa de obras no setor rodoviário.

Pois bem, se votamos favoravelmente somos co-partícipes deste programa. Temos co-responsabilidade pois que o dinheiro do povo não é o dinheiro do Senhor José Richa, é o dinheiro de todos nós. E nós temos até obrigação moral, se não constitucional de trazer estes dados à Assembléia Legislativa e de nos perguntarmos: esses recursos estão sendo bem aplicados? Estão sendo aplicados em favor realmente do menor? Daqueles que mais sofrem, mais lutam?

A nossa posição é esta. Temos responsabilidade de fazer oposição e trazemos aqui não os dados que talvez Vossa Excelência conheça na intimidade do Poder. Mas, trazemos aqui os dados da palavra final do Governador do Estado que afirma estes números na sua Mensagem a que está compelido fazê-la de acordo com o Artigo 47 da Constituição Estadual ao início de uma Sessão Plenária.

Esta é a colocação que fazemos e gostaria também já que estamos no assunto de energia, voltar um pouco os olhos para o passado e convidá-lo a relembrar o Paraná. Paraná da década de 1955, de 1950 a 1960. Era o Paraná sem energia. Não era o Paraná do campo sem energia. Era o Paraná urbano sem força para o seu progresso. O que se fez no Paraná? Um grande esforço com recursos próprios, com recursos de empréstimos internacionais, para construção das usinas hidrelétricas que garantem a força para o nosso desenvolvimento estadual.

O Sr., nobre Deputado, Luiz Carlos Caíto Quintana, deve lembrar ou deve ter ouvido o triste quadro que Curitiba algumas vezes passava, que Paranaguá sofria, que Ponta Grossa se angustiava e que Londrina temia, era o Paraná que não tinha, o que a COPEL iniciava os seus trabalhos.

Que esforço, nobre Deputado, se Vossa Excelência comparar os dados dos orçamentos de 1984 do Governador José Richa, Vossa Excelência vai verificar que para construção de usinas, que garantem a possibilidade do programa de energia rural, foi necessário o esforço dos paranaenses daquela época, através dos seus orçamentos estaduais.

Pois bem, não era possível, portanto, ao Governo do Estado, tentar levar energia rural, se sequer energia urbana tinha, não era possível colocar o carro na frente dos bois, distribuir alguma coisa que não se tinha e o Paraná saiu a construir usinas, pequenas usinas, as médias usinas e as grandes usinas, e não tinha, portanto, recursos para um grande programa de eletrificação rural.

Hoje o Paraná já é auto-suficiente na produção de energia e conseqüentemente, precisa até novos consumidores e conseqüentemente, o caminho da COPEL e do Governo do Estado, é levar energia ao interior do nosso Estado.

Por isso, Sr. Deputado Luiz Carlos Caíto

Quintana, é que eu me penalizo, com a pobreza dos números demonstrados na Mensagem do Governador José Richa, pois que nós estamos perfeitamente lembrados, de que o programa e as promessas governamentais, eram no sentido de construir noventa mil casas populares, era no sentido de levar cento e vinte mil ligações rurais ao Interior do Paraná, pois que, eu quero, ao final do Governo José Richa, ter o prazer de cumprimentá-lo desta tribuna, se ele conseguir com o nosso voto na Assembléia, com o nosso dever de fiscalização das atitudes governamentais, poder dizer ao Governador José Richa e ao PMDB que eles cumpriram uma parte do seu diário de campanha, pois que até agora, nobre Deputado, o que nós vemos é que o Governo José Richa, apesar de sua máquina publicitária, não cobre os feitos do Governo anterior.

O Sr. Caíto Quintana — As pesquisas mostram o contrário, Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu falo em obras e Vossa Excelência fala em pesquisa.

O Sr. Caíto Quintana — Eu falo na credibilidade popular.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 210/84, VETO aposto ao Projeto de Lei n.º 195/83, de autoria do Deputado DONATÔ GULIN, que autoriza o Poder Executivo criar o “FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO LEGISLADOR MUNICIPAL — FUMPLEM”, e dá outras providências. Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade.

Está em votação o Projeto de Lei n.º 195/83.

O SR. DONATO GULIN — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez ocupamos a tribuna no dia de hoje, para continuarmos a analisar o veto aposto ao projeto que hora se encaminha a votação, por Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, Sr. José Richa.

Srs. Deputados, realmente não conseguimos entender no momento em que se fala em Nova República; no momento em que se fala do Poder Político, em que o próprio futuro Presidente que assume no dia 15 de março de 1985, em uma divulgação a todos os meios de divulgação do País, diz que os seus Ministros não serão sábios, mas serão políticos inteligentes. Nós vemos, num Estado da Federação, no Estado do Paraná, um Técnico se sobrepor às posições políticas deste Estado, dando um parecer que demonstra, cabalmente, a sua

qualificação profissional. Ou seja, o seu conhecimento completo da matéria.

Mal sabe ele, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que já existe no País hoje, o Fundo de Previdência da Câmara Federal; o Fundo de Previdência de todas as Assembléias Legislativas dos Estados da Federação Brasileira; e o Fundo de Previdência dos Legisladores Municipais, das Capitais dos Estados e Territórios que compõem este País. E vem agora dizer em seu parecer: — que não há condições econômicas para que se institua este Fundo. E que o mesmo necessitaria de uma infra-estrutura para cálculos estatísticos e acompanhamentos monstruosos que os municípios não teriam condições de financiá-los.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós sabemos o que significa o trabalho e as atribuições de um representante municipal. Dos milhares que se dispõem a dedicar o seu esforço para a coletividade paranaense e brasileira, por um, dois, três ou mais mandatos.

Muitos, por boa parte de sua vida, para no final, por terem largado toda a sua atividade particular, no cumprimento desta missão, verem-se desamparados, sem sequer o mínimo necessário e suficiente para a própria subsistência e de sua família. E quando isto dizemos aqui nesta Casa e neste Plenário, o dizemos tomando por exemplo, a Câmara Municipal de Curitiba, da qual tivemos a honra de participar, durante 10 anos, e vemos companheiros nossos que lá estiveram, por mais de 20 anos, com mandato. E devido a isto, foram obrigados a afastarem-se de suas atividades particulares. E alguns, após este período de mandato, simplesmente afastaram-se da política.

Outros disputaram novos mandatos não tendo obtido o sucesso que tiveram nos seus mandatos anteriores, mas, o pior, o mais lamentável, foi a condição particular de cada um, de que não tiveram condições de manter a sua família com os ganhos que passaram a perceber após todo este tempo de dedicação exclusiva à atividade e ao povo curitibano!

Devido a isso, nós tivemos o prazer de apresentar, na Câmara Municipal, um projeto de lei, que criava o Fundo de Previdência ao Legislador curitibano, o qual foi aprovado pelo Sr. Prefeito Municipal, e hoje, garante a mais de 10 Vereadores que têm no seu passado mais dez anos de mandato, um valor financeiro que dá condições dele manter o seu padrão de vida, pelo menos digno de se apresentar como um ex-Vereador de Curitiba.

E, nós vemos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando se pede num projeto de lei, aprovado por todas as Comissões desta Casa Legislativa, aprovado em plenário, por unanimidade dos Srs. Deputados, um técnico obscuro, desconhecido, da FAMEPAR, aponto um Parecer dizendo que o mesmo não tem condições de subsistir. Primeiro, devíamos dizer a este técnico, digo isso não com intenção de atingir a classe de técnicos, porque por formação profissional e particular também nós somos técnicos, mas sim por um técnico mal formado, mas sim por um técnico sem condições profissionais de exercer a posição que exerce hoje dentro de um órgão do Estado, dar o parecer que está no referido projeto que hoje nós votamos o seu veto.

Primeiramente este técnico não teve nem a capacidade de ler este projeto de lei, a intenção deste projeto de lei, pois o mesmo pede autorização para uma posterior criação dos fundos às Câmaras Municipais que tiveram condições de criação.

Esta Assembléia Legislativa, os Srs. Deputados que a compõem, que fazem parte desta Casa, que votaram o projeto de lei, estavam autorizando às Câmaras Municipais dos Municípios do Estado do Paraná para que cada uma delas fizesse o seu estudo particularizado e vissem se têm ou não têm condições para a criação de fundos, mas, lamentavelmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Governador, Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, baseado no Parecer da FAMEPAR, veta o projeto de nossa autoria, tolhendo a possibilidade de milhares de Vereadores paranaenses de, após o seu mandato, terem uma condição...

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) — A Mesa comunica que o seu tempo está esgotado e concede-lhe mais um minuto para conclusão de seu pronunciamento.

O SR. DONATO GULIN — Agradeço. E, encerrando, que os Srs. Deputados na hora de votar, pensem, aqueles que já foram Vereadores, quais eram as condições que nós tínhamos dentro das nossas Câmaras Municipais, e analisem para ver se estes milhares de Vereadores paranaenses têm ou não condições de, pelo menos, analisar a criação de um fundo que dê respaldo ao seu futuro e à sua velhice. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação a Proposição 210/84.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, Líder do PMDB.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto de lei do Deputado Donato Gulin, realmente tem um valor significativo.

Nós que fazemos política no interior do Estado, nós que estamos em contato permanente com os Vereadores, sentimos a necessidade de que se garanta um futuro pelo menos digno para aqueles que, por um período da vida, tiveram a difícil missão de representar a sua comunidade nas suas edilidades; aqueles Vereadores que, muitas vezes desprovidos de qualquer recurso financeiro, entregam suas vidas ao atendimento do menos favorecido pela sorte, procurando, muitas vezes, internar o doente que não tem dinheiro para pagar sua receita médica; que, muitas vezes, tira de seu parco vencimento como edil, dinheiro para pagar passagem de uma pessoa pobre para se deslocar até a Capital, principalmente para tratamento médico.

Entretanto, reconhecendo toda a validade do projeto, nós, também, como legisladores, com responsabilidade parlamentar, como pessoas que temos a responsabilidade de respeitar a Constituição, porque juramos respeitá-la quando assumimos o nosso mandato parlamentar. E o nobre Deputado Donato Gulin, quando fez o seu projeto,

lamentavelmente não deixou condições constitucionais para que o mesmo fosse sancionado pelo Sr. Governador do Estado José Richa, homem também do interior e que tem sensibilidade suficiente para entender os problemas dos nossos Vereadores.

E quero aqui esclarecer porque o nobre Deputado Donato Gulin não ofereceu e não deu condições constitucionais para o seu projeto de lei vetado pelo Executivo Estadual.

A Constituição Federal dispõe no seu artigo 165:

“A Constituição Federal assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, — visem a melhoria de sua condição social”. E passa a enumerar até que o item 16 estabelece:

“Previdência Social — nos casos de doença, velhice, invalidez e morte, seguro desemprego, seguro contra acidentes do trabalho e proteção da maternidade, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado. Deixando expresso no parágrafo único: Parágrafo Único — Nenhuma prestação de serviços de assistência ou de benefício compreendidos na Previdência Social, será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total.

E lamentavelmente o Deputado Donato Gulin, na elaboração de seu projeto de lei, não especificou a fonte de custeio do qual sairá os benefícios para os Vereadores no período de sua aposentadoria. E é por esse motivo, nobre Deputado Donato Gulin, com a responsabilidade que temos de guardar e de respeitar a nossa Constituição, com a responsabilidade que temos de fazer deste Parlamento um Parlamento sério, é que a Bancada do PMDB, reconhecendo o outro valor social do projeto de iniciativa de Vossa Excelência, vai votar pela manutenção do veto do Executivo Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) — Continua em votação a Proposição 210/84, Veto apostado ao Projeto de Lei 195/83. Em votação o Projeto de Lei 195/83.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram permanecer como estão.

O Sr. Gabriel Manoel — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Queria que Vossa Excelência me inscrevesse para Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE — Será atendido. — Continua em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei 195/83, queiram permanecer como estão. APROVADO o projeto de lei e rejeitado o veto.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Sr. Presidente, Vossa Excelência colocou a votação invertida. Os

Deputados que aprovam...

O SR. PRESIDENTE — ... o projeto de lei. Exatamente. Permaneçam como estão. A votação foi feita conforme o Regimento Interno.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Exatamente, nós nos manifestamos, nos levantamos, nós rejeitamos o projeto.

O SR. PRESIDENTE — Mas a maioria se manifestou favoravelmente ao projeto de lei.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Não. Pela ordem, Sr. Presidente. Vossa Excelência não anunciou o resultado. Portanto, então, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere a verificação de votação. (tumulto, tímpanos). A Mesa está respondendo a Questão de Ordem levantada pelo Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Conforme o Regimento Interno, dá-se pedido de verificação de votação ... (tímpanos) ... mesmo anunciado o resultado o Regimento Interno estabelece a possibilidade da verificação de votação. E esta Presidência fará verificação de votação.

O Sr. Gabriel Manoel — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Com todo respeito que tenho por Vossa Excelência. O Regimento Interno reza, a Presidência é soberana. Vossa Excelência proclamou o resultado, não tem efeito retroativo à voz do Juiz.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência respondendo a Questão de Ordem, repete, cabe pedido de verificação de votação mesmo após proclamado o resultado. É o Regimento que diz, não é esta Presidência que está decidindo agora. A Mesa concede a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, Líder do PDS, para Questão de Ordem.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Sr. Presidente, a matéria foi votada, e pela maioria dos Deputados em plenário, vitoriou-se o projeto de lei apresentado pelo Deputado Donato Gulin. Provavelmente, a bancada, eminente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, nesta Casa, teve um cochilo ao analisar a maneira com que Vossa Excelência colocou em votação o projeto de lei, vetado pelo Governador do Estado, ou talvez, Sr. Presidente, a Bancada do PMDB tenha querido votar com os Vereadores do Paraná. Mas, de qualquer forma, já se trata de matéria vencida. Vossa Excelência anunciou o resultado.

Em consequência disto, não cabe mais uma tentativa de retroagir a decisão deste Plenário, que é soberano, Sr. Presidente.

Pois, que a matéria já se encontra vencida, e Vossa Excelência já passava a outro item da pauta.

Portanto, não cabe agora a análise de um novo

pedido de verificação de votação, que deve ser feito incontinentemente, imediato, a feitura do resultado anunciado pela Mesa.

Por isso, eu solicito a Vossa Excelência que reconsidere o seu ponto de vista.

Caso Vossa Excelência não reconsidere o ponto de vista desta ilustre Presidência, eu recorro para a decisão de Vossa Excelência ao Plenário, para que, em última instância, o Plenário diga, se quer a realização de uma nova conferência dos votos, ou não.

O SR. PRESIDENTE (Ezequias Losso) — A Mesa vai responder a questão de ordem levantada pelo ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Artigo 176 do Regimento Interno estabelece expressamente o seguinte: "Nas votações simbólicas, após proclamado pelo Presidente o seu resultado, qualquer Deputado, que tenha delas participado, poderá pedir a verificação de votação. Requerida a verificação, o Presidente imediatamente convidará a levantarem-se os Deputados que votarem a favor, a fim de ser procedida a contagem. Feita esta, e depois de sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se, os que votaram contra, para ser também procedida a contagem, proclamando finalmente os resultados apurados pró e contra.

Tendo em vista a clareza do Regimento Interno, a Mesa terá que proceder a verificação de votação.

Não estava a Mesa convocando outro projeto ou outro item em votação.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ezequias Losso) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Sr. Presidente, eu não sei se eu estou assim com o ouvido meio fora de órbita ... mas eu queria saber, se após proclamada pelo Sr. Presidente, ... então nós estamos na frente de homens sem alma, Sr. Presidente. Depois, que Vossa Excelência proclama, dá a sua palavra, e prossegue num outro item, do Artigo, então aonde é que está. Então nós estamos aqui a fazer, o quê, Sr. Presidente. O Sr. me perdoe o respeito que eu tenho por Vossa Excelência, mas a Mesa é soberana, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ezequias Losso) — O Artigo 176 diz expressamente, "Após proclamado o resultado pelo Presidente, essa Presidência passará imediatamente a verificação de votação para que ... (Discussões paralelas).

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Eu recorro da decisão de Vossa Excelência ao Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ezequias Losso) — O Artigo 97, eminente, Deputado, estabelece que, todas as dúvidas sobre interpretação do seu Regimento, na sua prática constituirão questão de ordem. Perfeito. Todas as questões de ordem claramente formuladas serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia. Foi o que o Presidente fez.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Pela ordem. Se Vossa Excelência

me permite eu gostaria que Vossa Excelência consultasse a assessoria da Mesa, para dizer qual o artigo que estabelece a possibilidade de um Deputado recorrer da decisão da Presidência da Mesa, ao Plenário.

É isto que estou fazendo, Sr. Presidente. Eu acato a decisão de Vossa Excelência, mas não me conformando com ela, recorro ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE — (Ezequias Losso) — O Artigo 125, estabelece o seguinte: “Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário”.

Entretanto, não é o caso da Proposição que está sendo apresentada. É simplesmente, a decisão de uma questão de ordem.

Entretanto eu, na condição eventual de residente desta Casa, sugiro aos eminentes Deputados que se encontram presentes, tendo em vista que o processo de verificação de votação, fatalmente irá demonstrar a inexistência de “quórum” no plenário, que se proceda de outra maneira, se é a intenção, evitar que o assunto seja votado na sessão de hoje.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Não concordando com a decisão da Presidência, cabe a qualquer Parlamentar requerer que o Plenário, que é soberano, possa dar a sua decisão final. É o princípio que tem sido adotado neste Parlamento. A qualquer parlamentar é lícito, nos termos do Regimento Interno, recorrer de uma decisão da Presidência e é isto o que peço a Vossa Excelência, neste momento. Recorro da decisão de Vossa Excelência em colocar em verificação de votação a matéria, pois que a esta já foi aprovada por este Plenário. Houve, na verdade, um oportunismo da Bancada Governista nesta Casa e agora pretendem, usando a liberalidade de Vossa Excelência, inverter o resultado legitimamente proclamado pela Presidência da Casa.

Por isso, Senhor Presidente, peço a Vossa Excelência que coloque em votação em Plenário, a sua decisão de proceder a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ezequias Losso) — Antes de colocar a posição desta Mesa em relação à proposição do Deputado Luiz Alberto Oliveira, pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Senhor Presidente. Vossa Excelência e eu quero parabenizá-lo pela Presidência ... Presidência, Vossa Excelência foi perfeitamente claro ao interpretar o artigo do Regimento Interno, até porque a verificação de quórum só poderá ser solicitado após a votação, pois, é exatamente um pedido a ser feito para se verificar a quantidade de pessoas que votaram a favor ou contra. Não discuto Senhor Presidente a questão “se foi aprovada ou rejeitada”. O que discutimos é a oportunidade e a legalidade em que o Líder Tadeu Lúcio Machado solicitou e Vossa Excelência com sabedoria acatou a verificação de “quórum”, para podermos constatar quantos Deputados votaram a favor e quantos votaram contra. Dentro desse sentido acredito que não há dúvida quanto à decisão da Presidência para que haja um recurso ao Plenário de uma decisão regimental e faço questão de frisar, tomada com seriedade por Vossa Excelência, dentro do que o Regimento Interno diz. Não há conflito para que o Plenário venha a decidir sobre a decisão de Vossa Excelência. É o cumprimento do Regimento Interno.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) O Deputado Caíto Quintana, brilhante e combativo, misturou “alhos com

bugalhos”. Nós podemos pedir verificação de votação, após o resultado, mas não após o resultado, mas não após a palavra do Senhor Presidente que deferiu o requerimento, porque então estaríamos ferindo, Senhor Presidente, um direito constitucional. Após a votação, nós pedimos e o Deputado hábil, inteligente, disse que nós haveríamos pedido ou eles haveriam pedido verificação de votação após a proclamação, mas não, Senhor. As notas taquigráficas estão aí, Senhor Presidente. Fora pedido verificação de votação após a palavra do juiz soberano que está sentado nessa Mesa. Então, vamos retroagir, vamos voltar para traz e que “cesse tudo o que a antiga musa canta”.

O SR. PRESIDENTE — (Ezequias Losso) — Decidindo definitivamente, esta Mesa não pode alterar a seu bel prazer, o que dispõe o Regimento Interno.

O Regimento Interno é taxativo, ao permitir a verificação de votação, após proclamados os resultados pelo Presidente e é o que esta Presidência fará.

Está em votação o Projeto de Lei n.º 195/83

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, permaneçam como estão.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela Ordem) Antes que

Vossa Excelência proclame o resultado, porque mudou agora, o Líder da Minoria quer mudar o Regimento Interno, eu peço a Vossa Excelência que faça a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ezequias Losso) É o que está sendo feito, Sr. Deputado.

Oito Srs. Deputados aprovam; cinco Deputados rejeitam.

Não há “quórum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11 de março, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 07/84.

Levanta-se a Sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 1.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 1985. (Quinta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Ezequias Losso, secretariada pelos Senhores Deputados Amélia Hruschka e Basílio Zanusso.

Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Nelson Buffara, Anibal Khury, Ezequias Losso, Airton Cordeiro, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França,

Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Caio Quintana, Tuguio Setogutte e Werner Wanderer (36).
Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados:
Antônio Annibelli, Quiesle Crisóstomo, Fiori Luiz, Acir Mezzadri, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Dirceu Manfrinato, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Gernote Kirinus, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Mário Pereira, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Trajano Bastos e Wilson Fortes (22).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – (Ezequias Losso) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE – (Ezequias Losso) Não havendo ata e nem expediente a serem lidos,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de: 36 Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL – (Pela Ordem)

Não havia “quorum” para meu pronunciamento pessoal. Eu pergunto a Vossa Excelência se há “quorum” para uma Sessão Extraordinária?

O SR. PRESIDENTE – (Ezequias Losso) Vossa Excelência está requerendo chamada nominal?

O SR. GABRIEL MANOEL – Não estou requerendo nada, estou apenas consultando Vossa Excelência, Presidente. Eu quis falar não tinha “quorum”, eu não estou pedindo chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE – (Ezequias Losso) – A Mesa respondendo à Questão de Ordem do eminente Deputado, declara que não tem condições de verificar a existência de número se não houver solicitação de chamada nominal.

O SR. GABRIEL MANOEL – Eu não quero chamada. Eu pergunto a Vossa Excelência, como é que Vossa Excelência teve condições de tolher o meu pronunciamento de Explicações Pessoais?

O SR. PRESIDENTE – (Ezequias Losso) Esclareço ao nobre Deputado que na Sessão anterior, cinco Deputados, dentre os quais Vossa Excelência, se levantaram aprovando uma proposição e outros, se levantaram rejeitando, e havia a presença de treze Senhores Deputados.

Não havia “quorum” para prosseguimento da Sessão obviamente, então, caberia à Presidência tão somente declará-la encerrada.

A presente Sessão está em prosseguimento.

O SR. DONATO GULIN – Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).
Senhor Presidente, solicitaria a Vossa Excelência que nos inscrevesse para falar agora no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE – (Ezequias Losso) Não havendo Pequeno Expediente, é possível a inscrição para Explicações Pessoais. Vossa Excelência aceita?

O SR. DONATO GULIN – Aceito para Explicações Pessoais, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Ezequias Losso) Pois não, está inscrito para Explicações Pessoais.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 112/84, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Jornalista SAMUEL GUIMARÃES DA COSTA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 112/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A ::

Art. 1.º – Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Jornalista Samuel Guimarães da Costa.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 22 de maio de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que se pretende prestar ao ilustre Jornalista e escritor Samuel Guimarães da Costa, visa resgatar a grande dívida que o nosso Estado tem pelos relevantes serviços prestados por um de seus mais queridos filhos.

Descendente de família de intelectuais, esse parnanguara, familiarizou-se, desde cedo, com a atividade jornalística.

Apesar de sua grande obra ter sido voltada para este campo, através de uma contribuição concreta e contínua nos mais diversos órgãos da imprensa e de várias publicações, a exemplo o lançamento de seu último livro “40 Anos de Jornalismo”, dedicou-se, também, sobremaneira, a outros campos de atividades, tais como: o cooperativismo e a política.

No setor do cooperativismo, sua participação foi ativa, especialmente no âmbito da erva-mate.

Como político, sua experiência e inteligência, serviram sempre à causa pública, galgando o alto posto de Chefe da Casa Civil do Governo Paulo Pimentel.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 112/84

P A R E C E R :

O Projeto de Lei ora em exame, de autoria dos nobres Deputados Ervin Bonkoski e Luiz Alberto Oliveira, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Jornalista Samuel Guimarães da Costa, descendente de tradicional família da cidade de Paranaguá, no nosso Estado.

Pela leitura de seu “Curriculum Vitae” e da justificativa apresentada pelo autor, apreende-se imediatamente que a Lei n.º 5.638, de 13/09/67, que dispõe sobre as condições essenciais para a concessão

de título de benemerência paranaense, encontrou em vidas como as do Jornalista Samuel Guimarães da Costa, sua inspiração.

Assim sendo, somos pela aprovação do presente projeto de lei, já que o mesmo não fere qualquer dispositivo constitucional ou legal.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
BASÍLIO ZANUSSI — Relator.

Está em discussão o projeto. — Aprovado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ezequias Losso) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação. (É procedida a verificação de votação).

Oito (8) Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra Extraordinária para a próxima quinta-feira, dia 14 de março.

Levanta-se a sessão.